

## Mestrado

### O CONDE DE CASTELO MELHOR: Valimento e Razão de Estado no Portugal seiscentista (1662-1667).

Vinícius Orlando de Carvalho Dantas<sup>1</sup>

#### **Delimitação do objeto**

Um dos fenômenos observados nas monarquias européias seiscentistas foi a crescente influência política exercida pelos favoritos reais. No Portugal restaurado, em 1662, D. Luís de Vasconcelos e Souza - 3º conde de Castelo Melhor - tornava-se o principal ministro (valido) do rei D. Afonso VI. Sua condição de favorito e as escolhas políticas que protagonizou, são os objetos de nossa pesquisa. O presente trabalho tem como foco de estudo a experiência de valimento do conde de Castelo Melhor e sua atuação administrativa em Portugal, entre junho de 1662 (época de sua ascensão) e setembro de 1667 (mês de seu afastamento). Neste período, Luís de Vasconcelos e Souza governaria Portugal ao lado do rei D. Afonso VI. Castelo Melhor direcionava sua ação governativa para as necessidades imediatas da *Guerra de Restauração*. Com as vitórias nas batalhas de Ameixial e Montes Claros, assegurava-se temporariamente a legitimidade de seu governo. Não obstante seus sucessos na condução da guerra, ao monopolizar o favor de D. Afonso VI e utilizá-lo em proveito de sua facção política, Castelo Melhor despertava a fúria de clientelas rivais. Priorizando a agilidade nas resoluções administrativas em detrimento das instituições tradicionais do reino e de seu sistema polissinodal, Castelo Melhor e D. Afonso VI sofreram uma intensa oposição de grupos que se viam excluídos do processo decisório. Além disso, ao afastarem de forma indecorosa boa parte da nobreza do reinado anterior, criavam uma situação insustentável para seu regime<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História pela UFF - Mestrando em História Moderna pela mesma universidade. Projeto de mestrado aprovado em primeiro lugar pela banca de História Moderna da Universidade Federal Fluminense, apresentado no processo seletivo 2006/2007. Orientação: Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

<sup>2</sup> Filho de João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, 2º conde de Castelo Melhor e governador-geral do Estado do Brasil entre 1654-1660. A consolidação jurídica do valimento de Luís de Vasconcelos e Souza viria em 12 de março de 1663 com o novo regimento do escrivão da puridade. No documento, D. Afonso VI invocava a utilização do cargo como uma tradição da realeza portuguesa. Não obstante, ficava claro que Afonso VI entregava oficialmente o governo ao conde. Ver: “Regimento do Escrivão da puridade”. in: Silva, José J. de A. e. *Collecção chronologica da legislação portuguesa*. (1657-1674). Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856, pp.83-85. A vitória do Ameixial representava a expulsão dos exércitos de D. João d’Áustria da cidade de Évora em junho de 1663. Cerca de dois anos depois, o conflito de Montes Claros tornava-se um dos momentos decisivos da *Guerra da Restauração*. Para um balanço recente sobre o tema ver: Costa, Fernando D. *A guerra da Restauração*. (1641-1668). Lisboa: Livros Horizonte, 2004. Entre as instituições desprezadas por Afonso VI e seu valido, a reunião dos três estados do reino em cortes era a máxima expressão da sociedade de corpos portuguesa. Ver: Cardim, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998. Além do descaso com as cortes, desprezava-se em parte o sistema “polissinodal”, equivalendo ao governo por conselhos formado por um conjunto de tribunais da coroa como, por exemplo: O Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens e a Casa de Suplicação. Ver: Subtil, José. “Os poderes do centro”. in: Hespanha, Antônio M. (coord.). Mattoso, José (Dir). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Estampa, 1998, v.4, pp.157-192.

Os poderes de D. Afonso VI e Castelo Melhor estavam cercados pela impossibilidade de expansão territorial. Pesavam contra D. Afonso VI e seu valido o enfraquecimento da base patrimonial da coroa. Rivalizando com uma fazenda régia dissipada com os gastos de mais de vinte anos de conflitos contra a monarquia hispânica, o grupo político encabeçado pelo infante D. Pedro II fortaleceu-se com a utilização estratégica da Casa do Infantado. Beneficiado pelo patrimônio e rendas senhoriais garantidas pela casa aos segundos gênitos da coroa, o infante atraía para sua clientela uma considerável parte da nobreza excluída. Dessa forma, limitavam-se para Afonso VI e seu valido as chances de formação de uma rede clientelar de alianças. O regime encontrava-se condenado por uma restrita comunicação política com suas áreas periféricas. Muito além de um enfraquecimento interno, o reinado de Afonso VI não resistiu às influências estrangeiras e ao “jogo político” internacional. À França de Luís XIV interessava a manutenção do conflito peninsular, objetivando o enfraquecimento dos Habsburgos e a consolidação de sua hegemonia continental.

Como estratégia de ascensão ao poder, o infante D. Pedro liderava uma campanha de depreciação da imagem de Castelo Melhor e do rei. Para o monarca, discursos sobre sua “incapacidade” e “tirania” ecoavam por toda Europa. Para Castelo Melhor, acusações de apropriação indevida das receitas da monarquia e de uma tentativa de envenenamento do infante<sup>3</sup>. No dia três de setembro de 1667, D. Luís de Vasconcelos e Souza escrevia ao rei D. Afonso VI solicitando uma última e decisiva mercê a seu favor. Em tom melancólico, o “conde-rey” ressaltava sua fidelidade a D. Afonso VI e o serviço prestado por sua família aos monarcas portugueses. Vangloriava-se também, pelos “seus feitos” no governo. Assim, afastava-se da corte lisboeta partindo para cerca de dezoito anos de exílio.

Com a partida de Castelo Melhor, o rei D. Afonso ficava enfraquecido. Cerca de dois meses após o afastamento de seu valido, Afonso VI - diante da pressão das facções lideradas pelo infante e pela rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia -, renunciava ao trono em favor de seu irmão o infante D. Pedro.

O entrecruzamento das histórias de Castelo Melhor e de seu rei, os discursos dos opositores e a apologia dos partidários, tornavam-se elementos explicativos para posteriores interpretações do reinado. Imbricavam-se na historiografia sobre o rei e seu valido, estereótipos que reproduziam em grande parte argumentos coevos. Correspondendo à antítese da imagem corrente da “incapacidade do rei”, elevava-se a figura de Castelo Melhor ao plano dos “grandes estadistas”. Nascia assim na escrita de seus intérpretes, a visão de um governo controlado por um valido onipotente, protagonista de uma total ruptura com os equilíbrios existentes.

### ***Discussão bibliográfica sobre o objeto***

---

<sup>3</sup> Sobre a importância do Infantado na composição de poderes do período Ver: Lourenço, Maria P. *A Casa e o Estado do Infantado* (1654-1706). Lisboa: Jnict, 1995. Para uma análise dos interesses externos no conflito e a atuação diplomática de Castelo Melhor Ver: Black, Maria L. de B. “Aspectos da negociação de paz de 1667” in: *Cultura. Revista de História e teoria das idéias*. Lisboa: UNL, v.11, pp.85-93. No “Manifesto do Infante”, documento em que expunha suas razões para o golpe de afastamento de Afonso VI, D. Pedro II culpava Castelo Melhor pelo estado do reino e pela morte da Rainha D. Luísa de Gusmão. Ver: Silva, José J. de A. Cit., pp.432-434. Vale lembrar que os escritos de culpabilização dos validos eram constantes no discurso político ibérico desde a primeira metade do século XVII. Ver: Curto, Diogo R. *O discurso político em Portugal* (1600-1650). Lisboa: Universidade Aberta, 1988, p.39.

Fernando Palha, autor do primeiro estudo específico sobre Castelo Melhor, apontou as semelhanças entre os ministros de D. Afonso VI e o marquês de Pombal. Estendia suas comparações aos casos de Luís XIII e Richelieu na França, e de Filipe IV e Olivares na Espanha. Não obstante a pioneira contribuição do autor, seu estudo não resistiria aos preconceitos de seu tempo e o tom de engrandecimento à figura do conde.

Em grande parte da produção sobre o ministro de Afonso VI predominaram trabalhos de caráter literário ou de avaliação moral do estadista<sup>4</sup>. Com autores ligados ao “nacionalismo-integralista”, aprofundavam-se os estudos sobre as intrigas palacianas do reinado de D. Afonso VI. No entanto, tais trabalhos careciam de uma contextualização mais ampla, e traziam implicitamente a velha apologia ao valido. Contrapondo-se a tal perspectiva, Luís Reis Torgal minimiza as inovações do reinado de D. Afonso VI e do valimento de Castelo Melhor. Para o autor, o golpe de Estado que em 1662 levara D. Afonso VI e seu valido ao trono português resumia-se a uma troca de poderes entre setores da “classe dominante”. Ligando-se em parte a esta interpretação, Joaquim V. Serrão ressalta que a “tendência centralizadora” do governo de Castelo Melhor representava uma continuidade da conjuntura da Restauração portuguesa. Já Maria L. de B. Black ao analisar o governo do “Estadista” destaca a ruptura promovida pelo valido. Entretanto, ao abrir mão da contextualização do tema, limita seu estudo a uma “cronologia administrativa” de Castelo Melhor.

Com o processo de renovação da historiografia portuguesa e sua inserção continental, o reinado de D. Afonso VI e o governo de seu valido ressurgiam na produção da recente geração de historiadores portugueses. Para um dos expoentes dessa historiografia – o historiador do direito A. M. Hespanha –, o valimento de Castelo Melhor denotava o prosseguimento de uma política de reforma da constituição política iniciada com o conde duque de Olivares na década de 1620. Já Pedro Cardim em trabalho sobre as cortes no Portugal seiscentista, relembra as implicações institucionais do valimento. Para o autor, a chegada de D. Afonso VI e Castelo Melhor representava em certa medida uma inversão ao modelo corporativo e polissinodal retomado com a ascensão da monarquia brigantina. Dessa forma, lembra as semelhanças entre a *praxis* governativa de Castelo Melhor e o governo olivarista. Essa associação entre Castelo Melhor e o valido de Filipe IV, ressurgiu no livro de Ângela Barreto Xavier. Em seu trabalho sobre os discursos e debates proferidos nas cortes de 1668, a autora identifica semelhanças entre a administração do reinado afonsino e o sistema de governo implementado pelo valido de Felipe IV: decisões em círculos restritos e pequenos grupos consultivos em detrimento das cortes<sup>5</sup>. Nessa dimensão interna novamente Pedro Cardim, – em artigo sobre a Casa Real portuguesa – resgata o desequilíbrio engendrado pelo

---

<sup>4</sup> O documento de despedida do valido seria impresso em diversas coletâneas e trabalhos da historiografia ver: “Carta que escreveu o Conde de Castelo Melhor a D. Afonso VI a pedir demissão” in: Black, M. L. *Um escrivão da pureza no poder*. Lisboa: SPB Editores e Livreiro, 1995, pp.232-233. Após seu afastamento da corte, Castelo Melhor passaria pela França e pela Itália na corte de Sabóia. Fixaria residência em Londres no ano de 1677 onde prestara serviços à rainha D. Catarina de Bragança, (irmã de Afonso VI) e Carlos II. Com a morte da rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, em dezembro de 1683, Castelo Melhor obteve de D. Pedro II a permissão para seu regresso a Portugal. Não obstante, sua volta a Lisboa só seria permitida em 1685. Para uma consulta do “documento oficial” de entrega do governo por Afonso VI “Desistência do Reino feita por El-Rei D. Afonso VI” in: Silva, José J. de A. cit, p.132. Palha, Fernando. *O Conde de Castelo Melhor no exílio*. Lisboa: Imprensa nacional, 1883, pp.3-14. Como exemplo da literatura “moralizante” sobre o tema: Silva, César da. *O Conde de Castelo Melhor*. Lisboa: João Romano Torres, 1922.

valimento na distribuição de ofícios e cargos palacianos. Com a acumulação dos processos decisórios e o monopólio dos mecanismos de distribuição de honras e mercês da coroa, o valido de Afonso VI despertava a repugnância aristocrática. Pedro Cardim voltaria ao tema em um capítulo sobre o processo político em Portugal. Para o autor, Castelo Melhor levou longe demais a sua ruptura com os equilíbrios estabelecidos. Entretanto, não haveria nenhum projeto de construção de Estado ou programa político previamente definido na ação do valido de Afonso VI. O pragmatismo de Castelo Melhor – semelhante à política de Olivares – esbarraria na oposição e na tradição.

A mais recente contribuição para a historiografia de nosso objeto de pesquisa novamente foi exposta por Pedro Cardim e Ângela Xavier. Na biografia de D. Afonso VI, os autores lembram que os envolvidos no “Golpe de Alcântara”, “pareciam simpatizar” com outra variação do paradigma político dominante. Avançam também, na interpretação da passagem do “trunvirato” ao valimento de Castelo Melhor. Para Cardim e Xavier, esse movimento permite analisar mudanças nas representações sobre o poder em Portugal, podendo ter sido iniciada no período, a desestruturação da “monarquia corporativa” - na sua fase mais aristocrática -, em função de uma “monarquia real”. Não obstante os efeitos desse processo, a política associada à instituição do valimento era rejeitada por uma sociedade que se estruturava em concepções tradicionais de governo<sup>6</sup>.

Diante dessa síntese sobre a historiografia de nosso objeto, – o valimento de Castelo Melhor, – o leitor poderá perguntar-se sobre a relevância e a justificativa de nosso estudo, e de que forma podemos contribuir para a produção sobre o tema. Para responder a tal indagação avançamos ao próximo item.

### **Justificativa e relevância**

O presente estudo justifica-se, em primeiro lugar, pela importância do período na história de Portugal e de seus possíveis desdobramentos na América portuguesa. Dessa forma, medir-se-ão os impactos do valimento de Castelo Melhor, atentando para a dinâmica centro-periferia. Além disso, o momento de revisão vivido pela historiografia portuguesa sobre o período (com a publicação da recente biografia de D. Afonso VI) – e com os crescentes estudos na historiografia brasileira sobre a realeza em Portugal, – mostra-se propício a uma investigação mais aprofundada sobre a política do valido de

<sup>5</sup> Destacam-se neste viés “nacionalista” os trabalhos de Antônio Á. Dória. *A rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia*. (1645-1683) Porto: Civilização, 1944, o livro de Mario S. Ribeiro. *A destronação de El-Rei D. Afonso VI*. (1667-1668). Lisboa: s/n, 1938, e o capítulo de Ângelo Ribeiro. “A organização da vitória” in: Peres, Damião & Ribeiro, Ângelo. (Orgs). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense, 1937, v.6, pp.77-100; Torgal, Luís R. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981, v.1, p.96; Serrão, Joaquim V. *História de Portugal*. (1640-1750). Lisboa: Verbo, 1982, v.5, p.48; Black, Maria L. de B. Cit, p.10. Sobre a historiografia portuguesa recente Ver: Schaub, Jean Frédéric. “Novas aproximações ao Antigo Regime português”. in: *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*. Oeiras: Celta Editora, n 22, 2000, pp.119-140; Hespanha, Antônio M. “Prefácio: Uma história dos poderes” in: Hespanha, Antônio M. (coord.). Mattoso, José (Dir). *História de Portugal. O Antigo Regime* (1620-1807), Lisboa: Estampa, 1998, v.4, p.7; Cardim, Cit, p.31; Xavier, Ângela B. *El Rei aonde póde, & não aonde quer* Lisboa: Edições Colibri, 1998, p.42.

<sup>6</sup> Cardim, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal na segunda metade dos seiscentos” in: *Tempo Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro, 7 Letras, n 13, v.7, jul. 2002, pp.52-56; “O processo político” (1621-1667), in: Hespanha, (coord.). Mattoso (Dir). *História de Portugal. O Antigo Regime* (1620-1807), Lisboa: Círculo de Leitores/Lexicultural 2002, v.8, p.64 Cardim & Xavier, . *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp.137-139.

Afonso VI. A pesquisa pretende contribuir para o preenchimento de uma lacuna na produção atual sobre o objeto de estudo: a ausência de uma aproximação da experiência de Castelo Melhor e o contexto mais amplo da instituição do valimento. Nenhum dos trabalhos citados atenta para uma discussão mais detalhada sobre o fenômeno do valimento, suas semelhanças com outros contextos históricos, bem como sua relação com os processos de formação do Estado moderno. Apesar de uma ampla bibliografia específica sobre Castelo Melhor – ou de questões afins a seu valimento –, visamos situar nosso objeto de estudo em sua acepção temática. Propõe-se nesse sentido um movimento do particular ao geral<sup>7</sup>, que vai do valimento de Castelo Melhor ao tema mais amplo de nossa pesquisa: a instituição do valimento na Europa seiscentista. Que inovações a figura do valido apresentou em relação aos tradicionais conselheiros reais? O que significava a instituição do valimento?

### **Delimitação do tema**

Muito além dos privados que desfrutavam parcialmente da presença de seus reis – e de um controle restrito de instâncias de poder –, os validos detinham a exclusividade da amizade régia e de intervenção direta no governo. Um monarca poderia ter vários privados, mas um único valido. Nesse sentido, o valimento referia-se sobretudo a uma forma de clientelismo monárquico na qual um nobre – geralmente de alta estirpe – aproximava-se do rei, conquistando e monopolizando afeto e favor. Em uma etapa seguinte, o valido era agraciado por um cargo de alta confiança, desfrutando um poder decisório juridicamente sancionado. Na instituição do valimento, amizade e política materializavam-se nas figuras dos monarcas e seus favoritos.

Surgida na monarquia espanhola de Felipe III (1598-1621) e Francisco Gomes de Sandoval y Rojas (duque de Lerma e marquês de Denia), a instituição do *valimiento* difundiu-se por diversas monarquias européias ao longo do século XVII, alcançando dimensão continental. Entre 1610 e 1661 na França, o regime de intervenção direta dos ministros personificava-se nas ações dos cardeais Richelieu e Mazarino, respectivamente homens de confiança de Luís XIII e do “Rei Sol”. Assim, a prática espanhola adquiria sua congênere francesa na instituição do *Ministériat*. Além da França borbônica, a Inglaterra Stuart também adotaria a prática do valimento. Georges Villiers, primeiro duque de Buckingham, entre 1615 e 1628 fora um dos únicos favoritos de dois monarcas diferentes: Jaime I e seu sucessor Carlos I. No Portugal brigantino, os privados e validos também estavam presentes. Entre os privados de D. João IV, o padre Antônio Vieira destacava-se pelo seu prestígio com o rei. Pode-se afirmar que Vieira era o favorito entre os privados. Entretanto, o jesuíta não governaria diretamente a monarquia. Era sobretudo o principal conselheiro e confessor de D. João IV.

---

<sup>7</sup> Na recente produção da historiografia brasileira destacamos aqui: Monteiro, Rodrigo B. *O rei no espelho*. São Paulo: Hucitec, 2002; Hermann, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e Megiani, Ana Paula. T. *O rei ausente*. São Paulo: Alameda, 2004. Sobre a articulação entre valimento e Estado moderno não se trata de retomarmos o antigo paradigma da “centralização estatal” mas de demonstrarmos as possibilidades de ação do poder central em meio às suas limitações. Como lembramos A. Feros, torna-se preocupante o desaparecimento do “centro” nas recentes abordagens de revisão sobre o tema das monarquias modernas. Ver: “Clientelismo y poder monárquico en la España de los siglos XVI y XVII” in: *Revista Relaciones*. vol. XIX, núm. 73, 1998, p.20. Com a passagem do objeto ao tema mais amplo de nossa pesquisa visamos dessa forma dialogar com os recentes debates sobre a micro-história. Revel, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

## **Discussão bibliográfica sobre o tema**

A importância histórica do *valimiento* não passaria despercebida pela escrita dos historiadores. Como instituição originária da monarquia hispânica, a questão receberia uma grande atenção da historiografia espanhola. Em seu clássico *Teoria del Estado en España del siglo XVII*, José Antônio Maravall trazia contribuições fundamentais ao tema. Ao estudar o “pensamento político” da Espanha no pós-reforma, Maravall aponta em sua análise da literatura do período aspectos diretamente ligados à questão do *valimiento*<sup>8</sup>. As discussões sobre as teorias de aconselhamento dos monarcas e a influência dos ministros e secretários de Estado são lembradas pelo autor espanhol como preocupações constantes dos escritos seiscentistas. Revelava então um intenso debate sobre a questão dos conselheiros reais e do *valimiento*. Maravall destaca o peso da instituição no contexto administrativo da monarquia hispânica não limitando-se ao plano das idéias. Dessa forma, situa a prática do *valimiento* em um debate mais amplo sobre a formação do Estado moderno. Reconhecendo o desequilíbrio institucional causado pela concentração de poder nas mãos dos validos – no âmbito das relações entre a realeza e os conselhos –, o autor lembra que o recurso ao *valimiento* fora um remédio para a superação de deficiências orgânicas das monarquias européias seiscentistas. Apesar das inovações de Maravall, ficam em aberto uma contextualização mais detalhada do tema e um aprofundamento de suas questões institucionais.

Na década de 1960, a questão do *valimiento* ganharia destaque na obra do jurista espanhol Francisco Tomás y Valiente. Na importante obra *Los validos en la monarquia española del siglo XVII*, Valiente estuda o tema sob o prisma institucional. Recuperando os seis casos de *valimiento* na monarquia hispânica seiscentista, além de testemunhos coevos sobre a figura dos validos, Valiente romperia em parte com as usuais interpretações da instituição como um sinônimo da incapacidade dos reis. Além disso, refletia sobre as possíveis origens do valido a partir dos secretários de Estado e conselheiros reais. Uma das teses mais inovadoras do livro de Valiente é a interpretação do *valimiento* como um mecanismo de proteção da sacralidade régia. Para o autor, a figura do valido assegurava a manutenção da imagem dos monarcas, funcionando como uma espécie de atenuador das críticas. Não obstante o brilhantismo de seu estudo, a análise de Valiente fica comprometida com a bibliografia acrescentada na edição revisada da obra. Ao inspirar-se nas idéias de Perry Anderson, Valiente coloca a questão do *valimiento* no contexto das “lutas de classes” na Europa. Incorporando em seu arcabouço explicativo os conceitos de “refeudalização”, “feudalismo cortesão” e “neo-feudalismo”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Para uma distinção entre privados e validos ver: E. López, Jose A. “Introducción: Privados, validos y primeros ministros” in: E. López, Jose A. (Coord). *Los validos*. Madrid: Dykinson, 2004, p.18. Sobre a linguagem da amizade e sua importância como elemento de estruturação do *valimiento*: Feros, Antônio. “Twin souls: monarchs and favorites in early seventeenth-century Spain” in: Parker, Geoffrey & Kagan, Richard. L. (Orgs.) *Spain, Europe and the Atlantic world*. Cambridge: Cambridge University press, 1995, pp.27-47. Para um estudo sobre a atuação do favorito inglês na corte Stuart: Duchein, Michel. *Le duc de Buckingham*. Paris: Fayard, 2001; Maravall, José A. *Teoria del Estado en España del siglo XVII*. (1944) Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

<sup>9</sup> Idem, Ibidem, pp. 273-316. Valiente, Francisco T. y. *Los validos en la monarquia española del siglo XVII* (1963). Madrid: Siglo Vinteuno, 1990. No reinado de Felipe III (1598-1621) foram validos: Duque de Lerma entre 1598-1618 e o Duque de Uceda entre 1618-1620. No reinado de Felipe IV(1621-1665): Olivares entre 1621-1643 e Luís de Haro entre 1643-1661 Durante a regência de Mariana D’Áustria

Ainda na década de 1960, o historiador catalão Jaumes Vicens Vives em um clássico estudo sobre a estrutura administrativa da monarquia hispânica, situa a instituição do *valimiento* nas medidas de modernização e reforço do aparato institucional da coroa. Como uma solução às limitações da dinâmica polissinodal, utilizava-se o recurso de um ministro privado. Nesse sentido, Vives aponta que, ao contrário de um enfraquecimento dos reis, a figura do valido exemplificava a possibilidade de reforço de seus poderes, e de superação dos tradicionais entraves do governo por conselhos. Seguindo o processo de revisão, Jean Bérenger situa a questão na dimensão estrutural das monarquias européias seiscentistas. Aproxima então quatro experiências históricas de governo com favoritos: a instituição do *valimiento* espanhol, os regimes de *ministériat* (Richelieu e Mazarin) na monarquia francesa, a experiência inglesa de Carlos I e o duque de Buckingham, e o *ministériat* do conde Ferdinand Portia na corte vienense do imperador Habsburgo Leopoldo I. Dessa forma, Bérenger indica a necessidade de uma interpretação do *ministériat* em escala européia.

Apesar de não dialogar com o estudo de Bérenger, John Elliott produz a mais importante comparação entre o *valimiento* espanhol e o *ministériat* francês. Em sua monumental obra *Richelieu and Olivares*, o historiador inglês traça uma detalhada aproximação entre as instituições. Reconstituindo a trajetória dos “estadistas” e suas concepções de governo, Elliott destaca que os ministérios de Richelieu e Olivares não podem ser dissociados do contexto de crise engendrado pela *Guerra dos Trinta anos* (1618-1648). As estratégias de Olivares e os pormenores de sua política são estudados por Elliott na seminal biografia sobre o valido de Felipe IV.

Com os crescentes estudos sobre as cortes européias - em parte impulsionados pela tardia divulgação da obra de Norbert Elias -, os historiadores se voltaram para os impactos do valimento na dinâmica interna das sociedades de corte<sup>10</sup>. Para Francesco Benigno, a instituição do *valimiento* deve ser buscada no interior das lutas políticas das facções cortesãs. Ao estudar o valimento na monarquia hispânica seiscentista, o historiador italiano enfatiza a competição entre os grupos cortesãos pelo monopólio do favor régio e pelo controle do sistema da patronagem da coroa. Para Benigno a instituição do *ministériat* relacionava-se ao conflito fomentado pela liberalidade régia, e pela utilização em larga escala de seu sistema de distribuição de ofícios, honras e mercês. Os validos surgiam como reguladores deste sistema, através da implementação de um regime de facção cortesã única. A interpretação das origens cortesãs do valimento ganharia novos adeptos. Em sua monumental obra *Kingship and favoritism in the Spain of Philip III* (1598-1621), Antonio Feros situa sua análise no contexto do *valimiento* do duque de Lerma. Para o autor, as visões negativas de Lerma e Felipe III, representam a vitória de um discurso depreciativo construído pelo reinado posterior. Dessa forma, ameniza o impacto “modernizador” da política de Olivares e a imagem negativa do período de

---

(1665-1675) o Pe. Nithard 1666-1669. E no reinado de Carlos II (1679-1700) o valimento de Fernando de Valenzuela entre 1672-1677. Anderson, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984. Valiente, Francisco Tomás y Valiente, Cit, pp.31-67.

<sup>10</sup> Vives, Vicens. “A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII” in: Hespanha (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.218. Bérenger, Jean. “Le problème du Ministère XVIIe siècle” in: *Annales E.S.C.*, 29, Anné N 1, Janvier-Février, 1974, pp.166-190. Elliott, John H. *Richelieu y Olivares*. (Trad cast). Barcelona: Crítica, 2002; *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Crítica, 2004; Norbert Elias, *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Lerma. Atento aos discursos políticos sobre a privança em suas implicações culturais e institucionais, Feros produziria o mais importante estudo da recente historiografia sobre o tema. Além do livro de Feros, foram fundamentais os colóquios *The world of favourites* (1550-1700) e *Los validos en la monarquia del antiguo régimen*<sup>11</sup>.

## Objetivos

- 1) Compreender as ligações entre a instituição do valimento e as diferentes políticas de “Razão de Estado” dos validos.
- 2) Entender as condições de ressurgimento de um valido na monarquia portuguesa, articulando seus antecedentes mais remotos à conjuntura imediata do reinado afonsino.
- 3) Estabelecer paralelos entre o comportamento político do valido e da elites políticas de seu tempo. Destacando o contexto cultural no qual estavam imersos.
- 4) Comparar as ações políticas de Castelo Melhor com as concepções de governo presentes nos escritos que abordam (direta ou indiretamente) a temática do poder no Portugal seiscentista.

## Quadro teórico

Cotejar as escolhas políticas de Castelo Melhor, o comportamento dos grupos dirigentes de seu tempo, suas influências culturais comuns, e as idéias sobre governo nas representações escritas. Significa de um lado, relacionar sua cultura política individual às culturas políticas vigentes. Por outro, situar seu agir político no contexto das linguagens políticas presentes no Portugal restaurado. Dessa forma enfatizaremos as relações entre os conceitos de *cultura política e linguagem política*<sup>12</sup>.

Levando-se em conta a inexistência de uma definição global satisfatória do conceito de cultura política<sup>13</sup>, adotaremos uma acepção antropológica como ponto de partida para sua caracterização. Em seu sentido *lato* e coletivo, uma cultura política refere-se “ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão (...) significado a um processo político, pondo em evidência as regras (...) e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”<sup>14</sup>. No interior de uma cultura política, uma diversidade de

<sup>11</sup> Benigno, Francesco. (Trad. cast) *La sombra del rey. Validos y lucha politica en la España del siglo XVII*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, pp.9-36; Feros, A. *Realeza y privanza*. (Trad cast). Madrid: Marcial Pons, 2002. pp.17-144. O primeiro colóquio realizado no Magdalen College da Universidade de Oxford em 1995 daria origem a uma importante obra comparativa sobre o tema. (Trad cast) Brockliss, Laurence & Elliott, J.H. (Orgs). *El Mundo de los Validos*. Madrid: Taurus, 1999. Já o segundo, foi realizado na Universidad Rey Juan Carlos em junho de 2003 abordaria a instituição do *valimiento* na Espanha seiscentista. Ver: E. López, Jose A. (Coord) *Los validos*. Madrid: Dykinson, 2004.

<sup>12</sup> Na relação entre os conceitos visamos aliar as reflexões da história política contemporânea com a história dos discursos políticos em sua vertente pocokiana. Sobre as contribuições de ambas ver respectivamente: Remond, René *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003; Pocock, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

<sup>13</sup> Gomes, Ângela de C. “História, historiografia e cultura política no Brasil: Algumas reflexões” in: Soihet, Rachel; Bicalho, Maria F.; Gouvêa, Maria de F. S. (Orgs.). *Culturas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.32, Berstein, Serge. “A cultura política” in: Rioux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.350.

<sup>14</sup> Kuschnir, Karina. “Antropologia da política”. in: *Center for brazilian studies*. University of Oxford. Working paper, p.10.

componentes produz uma visão ordenadora do mundo. Na estruturação desta mundividência: linguagens políticas e filosóficas, uma organização político-institucional, uma concepção da sociedade e um “discurso oficial”. Além da representação expressa por palavras, ritos e símbolos também representam o mesmo papel significante. Não esgotando-se em seu sentido coletivo, o estudo de uma cultura política deve contemplar as ações individuais, remetendo-nos ao comportamento político, e as possíveis motivações e escolhas de uma única pessoa<sup>15</sup>. Já o conceito de linguagem política, de acordo com John Pocock implica uma “história do discurso” composta por *paroles* (atos de fala de um autor) e a *langue* (contexto linguístico em que estas foram efetuadas)<sup>16</sup>. Ressaltando as ligações entre “cultura política” e “linguagem política”, Pocock lembramos que: “Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade (...) observando-se que linguagens (...) foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipo de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso”<sup>17</sup>.

No Portugal seiscentista, a linguagem da escolástica-neotomista era o discurso político dominante. Em seus processos de elaboração e difusão, juristas e teólogos detinham o controle do campo da produção textual sobre as matérias políticas<sup>18</sup>. Essa linguagem expressava-se em uma cultura política ancorada em uma percepção moral e cristã de governo<sup>19</sup>, na qual elementos como a manutenção dos privilégios e do “bem comum” ganhavam corpo em suas instituições. Em sua aplicação prática, os reis portugueses deveriam assegurar o funcionamento das instituições tradicionais do reino, tais como as cortes, a polissinodia da coroa e os privilégios de sua aristocracia.

### **Hipóteses**

- 1) A instituição do valimento está relacionada a uma concepção de governo regida pela necessidade de superação dos entraves internos e externos das monarquias. Os validos fortaleceram seus governantes através do exercício da “Razão de Estado”.
- 2) As condições para o ressurgimento de um valido no Portugal restaurado devem ser buscadas no início da Restauração e no contexto imediato da ascensão de Afonso VI. Com a ampliação do patronato por D. João IV, cristalizavam-se facções cortesãs em busca dos benefícios da nova dinastia. Após a morte de D. João em 1656, eram crescentes as disputas entre o conselho e a secretaria de Estado<sup>20</sup>. Não obstante a resistência de D. Luísa de Gusmão, o recurso ao valimento surgia como alternativa para o desfecho deste conflito. A novidade de D. Afonso VI consistiu na ampliação da função do valimento. Além das longínquas necessidades da Guerra da Restauração, Afonso VI recorria ao valido para intervir no conflito cortesão e ao mesmo tempo assegurar seus direitos ao trono. Entretanto, fracassaram o rei e seu favorito.

---

<sup>15</sup> Berstein, S. Cit, pp. 350-359.

<sup>16</sup> Pocock, John, Cit, p.64.

<sup>17</sup> Idem, Ibidem, p.31.

<sup>18</sup> Sobre a importância política dos letrados. Ver: Schaub, Jean-F. *Le Portugal au temps du comte-duc D'Olivares*. (1621-1640). Madrid: Casa de Velázquez, 2001, pp.43-87.

<sup>19</sup> Cardim. “Religião e ordem social”. in: *Revista de História das idéias*. Coimbra: UC, N.22, 2001, pp.133-175.

<sup>20</sup> Cardim. “O processo ...”, p.57.

- 3) Diferente da visão de uma total ruptura com a cultura política do Portugal seiscentista, alguns elementos da razão de Estado de Castelo Melhor estavam presentes na cultura de seu tempo. De outro lado, inovava ao submeter a concepção cristã de governo político às necessidades da *Guerra da Restauração*, agindo nos limites de seu tempo.<sup>21</sup>
- 4) O agir político de Castelo Melhor distanciava-se do ideal de governo corporativo presente nos escritos que abordaram as questões políticas de seu tempo.

### **Fontes e Metodologia**

Utilizando uma quantidade significativa de fontes primárias, esta pesquisa será realizada em duas instituições: no Real Gabinete Português de Leitura e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A primeira, dispondo de parte considerável de trabalhos da historiografia portuguesa e de fontes primárias impressas, nos oferece essencialmente a bibliografia complementar sobre o nosso tema. Já a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nos fornece a maior parte das fontes primárias manuscritas e impressas. No setor de manuscritos, encontramos o Fundo/Coleção Condes de Castelo Melhor (1650-1789). Contendo a correspondência de João de Vasconcelos e Souza e de nosso objeto de estudo Luís de Vasconcelos e Souza. O fundo encontra-se desorganizado, não obstante, disponível para a consulta. Com relação às fontes primárias impressas, podemos classificá-las de acordo com a sua tipologia. No *corpus* documental encontramos:

- 9.1) *Fontes legislativas oficiais* sobre o período. De instituições como a Casa de Suplicação e Desembargo do Paço.
- 9.2) *Correspondência* de Castelo Melhor e Afonso VI com a câmara de Lisboa, entre Castelo Melhor e o rei, de Castelo Melhor com embaixadores e com o conselho da guerra.
- 9.3) O “*periódico oficial*” *Mercurio portuguez*.
- 9.4) *Crônicas sobre o período*.
- 9.5) *Tratados sobre governo e Razão de Estado*: tratados que forneceram as matrizes gerais para a reflexão sobre a Razão de Estado. De escritores que admitiram algum nível de autonomia monárquica com relação à moral cristã, tratados sobre a “Razão de Estado Católica”, recepção e “cristianização” das teses desses autores, e literatura de aconselhamento aos privados, validos e sobre a vida na corte.

Para compreendermos o sentido das medidas legislativas do período, são fundamentais as contribuições metodológicas da recente historiografia administrativa. De acordo com A. M. Hespanha o estudo da administração e das instituições deve contemplar as condições materiais de produção das ações políticas. Na análise de fontes legislativas e de suas instâncias produtoras, uma série de elementos devem ser considerados pelo historiador: a dispersão dos poderes no espaço de execução das

---

<sup>21</sup> Elias, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

decisões, os processos administrativos, os funcionários da administração, o tempo administrativo, o alcance limitado das normas escritas e suas possíveis formas de resistência.<sup>22</sup>

No estudo das correspondências de Castelo Melhor e Afonso VI - segundo tipo de fontes de nosso trabalho - adotaremos como referencial metodológico as reflexões de Fernando B. Álvarez. Como lembrou-nos o historiador espanhol, em uma “civilização da escrita” os manuscritos tornavam-se importantes mecanismos para a tomada de decisões governamentais e para o trânsito de informações. No caso de Afonso VI e do valido, a eficácia da circulação dos manuscritos tornava-se o ponto de partida para seus opositores. Através das cartas, podemos perceber as tensões entre o valido e as instituições, a difusão de retratos negativos de Afonso VI e Castelo Melhor e as complexas relações entre os conteúdos “público” e “particular” contidos nos documentos<sup>23</sup>. Além de suas contribuições metodológicas para a correspondência, as idéias de Bouza Alvarez sobre as formas de manipulação de conteúdos e utilização política de folhetos e periódicos, tornam-se pertinentes para o estudo do terceiro tipo de fonte primária de nosso trabalho: o *Mercúrio português*. No periódico editado pelo secretário de Estado Antônio de Souza de Macedo, não encontramos nenhuma menção às crises na corte. Revelando uma continuidade na utilização publicística da tipografia no reinado de Afonso VI<sup>24</sup>.

Além das fontes de expediente administrativo, cartas e do *Mercúrio português*, analisaremos em nosso trabalho as crônicas sobre o período. Dessa forma, levaremos em conta as interações entre o “mundo do textos” e o “mundo dos leitores”. A noção retomada por Roger Chartier indica a necessidade de uma forte contextualização das formas de elaboração de um texto, seus autores, leitores e circulação.<sup>25</sup>

Para o estudo dos escritos com conteúdos políticos, (além do já citado Pocock e do conceito de linguagem política) as contribuições de Quentin Skinner e A. M. Hespanha são fundamentais para a contextualização e análise das obras. De acordo com Skinner, o historiador dos discursos políticos deve atuar como um “arqueólogo” em busca das “camadas históricas” que ocultam-se nos textos.<sup>26</sup> Dessa forma, para compreendermos as questões presentes nos escritos, devemos atentar para as referências transmitidas através dos tempos e a historicidade de seus conteúdos. Tal perspectiva metodológica, equivale ao conceito literário de “intertexto”, utilizado por Hespanha para o estudo das fontes jurídicas do Antigo Regime. Para o autor, os textos jurídicos ou da “teoria política”, carregam múltiplas realidades textuais que aglutinaram-se através de um processo histórico de “hetero-integração”. Na leitura de uma fonte deve-se buscar o “intertexto” equivalente a sua tradição histórica<sup>27</sup>.

## 10) Cronograma

<sup>22</sup> Hespanha, “Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime” in: *Ler História*, Nº 8, 1986, p.36; *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.

<sup>23</sup> Bouza Álvarez, Fernando J. *Del Escribano a la Biblioteca*. Madrid: Editorial Síntese, 1992, p.12; *Corre manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

<sup>24</sup> Sobre a utilização política dos impressos ver o artigo de Bouza Álvarez: “Para qué imprimir.” in: *Cuadernos de Historia Moderna*, n 18. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1997, pp.31-50.

<sup>25</sup> Chartier, Roger. “O mundo como representação” in: *Estudos avançados*. v. 5, Nº 11, São Paulo, Jan/Apr, 1991, pp.173-191.

<sup>26</sup> Skinner, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1998, pp.83-95.

<sup>27</sup> Hespanha, A. M. “Una historia de textos” in: Valiente, F. Tomás y. Et alii. *Sexo barroco y otras transgressiones premodernas*. Madrid: Alianza, 1990, pp.187-196.

	1/2007	2/2007	1/2008	2/2008
Cursos	X	X		
Análise das fontes	X	X	X	
Leituras complementares	X	X	X	
Qualificação			X	
Redação			X	X
Defesa				X

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Principais

ARAUJO, João Salgado de. *Svmario de la familia Vasconcelos*. Madrid : Juan Sanchez, 1638. (Col. Barbosa.Machado).

COELHO, P.M. Laranjo.(Org) *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940.4V.

CUNHA, Antonio Alvares da. *Campanha de Portvgal: pella provincia do Alentejo Na Primavera do Anno de 1663*. Lisboa : Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663. (Col.B.Machado)

FARIA Leandro Dorea Caceres. *Catastrophe de Portugal na deposição d' el Rei D.Afonso VI, da subrogação do príncipe*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1669.

FRANCISCO, João de São. *Poema heroico vitorioso svccesso e gloriosa vitoria do exercito de Portugal, sobre a hostilidade da cidade de Evora neste anno de 1663*. Lisboa: Officina de Antonio Craesbeck de Mello, 1663. (Col.Barbosa Machado)

MACEDO, Antonio de Sousa de. *Armonia Politica dos documentos divinos com as conveniencias d'Estado. Exemplar de principes no governo dos gloriosos Reys de Portugal*. Haya: Officina de por Samuel Broun, 1651.

\_\_\_\_\_. (?). *Afonso VI*. (1664 ?) Porto: Livraria Civilização Editora, 1940.

\_\_\_\_\_. (Ed) *Mercurio Portuguez com as novas da Guerra entre Portugal & Castela* (Jan. 1663-Jul. 1667) - Lisboa : Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663-1667.

\_\_\_\_\_. *Eva, e Ave, ou Maria Triunfante. Theatro da Erudiçam*. Lisboa : Officina de Pascoal da Sylva, 1716.

MENEZES, Luís de. (Conde de Ericeira). *História do Portugal Restaurado*. Porto: Livraria Civilização Editora, (1698). 1946. 4V.

NORONHA, Duarte de Mello de. *Batalha de Montes Claros. Escrita ao senhor conde de Castel-Melhor*. Lisboa : Officina de Domingos Carneiro, 1665. (Col.Barbosa.Machado).

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal Lisboa, 1891, V.6.

PERES, Damião (Dir.) *Monstruosidades do tempo e da fortuna (1662-1680)*. Porto: s.e., 1938, 4 V.

PIQUETIERRE, Blouin de la. *Relation des troubles arrivez dans la cour de Portugal en l'année 1667, & en l'année 1668*. Paris : Pierre Aubouin, 1674.

SANCTISSIMO Sacramento, Francisco do. *Epitome da Dignidade de Grande, e Mayor Ministro da Puridade*. Lisboa : Imprensa Off. de Joam da Costa, 1666.

SILVA, Camilo Aureliano da. *A anti-catastrophe: Historia d'el Rei D.Affonso VI de Portugal*. Porto: Typographia da Rua Formosa, 1845.

SOUSA, Antonio Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlantida Livraria Editora, (1739-1748) , 1946.

SOUTHWELL, Sir Robert. *Histoire du detronement d'Alfonse VI roi de Portugal, contenue dans les Lettres de M. Robert Southwel, alors Ambassadeur à la Cour de Lisbonne*. Paris: David fils, 1742.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Porto: Lelo & Irmão Editores, 1959, 5.V.

### **Fontes Acessórias**

ACCETTO, Torquato. *Da Dissmulação Honesta*.(1641) São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AFRICANO, Antonio de Freitas. *Primores Políticos e regalias do nosso Rei*. (1641). Cascais: Principia, 2005.

ALABORNOZ, Diego Felipe de. *Cartilla politica y cristiana* Madrid : M. Sanchez, 1666.

ALBIA de Castro, Fernando. *Verdadera razon de Estado. Discurso político* Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1616.

ANJOS, Manuel dos, *Politica predicavel e doutrina moral do bom governo do mundo*. Lisboa : M. Doslandos, 1693.

ARANDA, Juan de, *Lugares comunes de conceptos, dichos, y sentencias en diversas materias*. Madrid: Juan de la Cuesta, 1613.

AZEVEDO, Luis Marinho de. *Exclamaciones politicas ivridicas, y morales*. Lisboa : Lourenço d'Anvers, 1645.

BARRIENTOS, Baltasar Alamos. *Tacito español ilustrado con aforismos*. Madrid : Luiz Sãchez, 1613.

BODIN, Jean, *Los seis libros de la Republica*. Madrid: Tecnos, (3ª Ed), 1997.

BODIN, Jean, *Los seis libros de la Republica emmendados catholicamente por Gasparo de Anastro Ysunza*. Turin: Herderos de Bevilaqua, 1590.

BOTERO, João. *Da razão de Estado*.(1589) Lisboa : I.N.IC, 1992.

CABRAL, João Ribeiro. *Relaçam politica das mais particulares acções do Conde Duque de Olivares*. Lisboa : Officina Real Deslandesiana, 1711.

CASTIGLIONE, Balthasar. *O cortesão*.(1528) São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CERIOL, Fadrique Furió. *El Concejo y Consejeros del Príncipe* (1559). Madrid: Tecnos, 1993.

DUPLEISSIS, Armand.(Cardeal de Richelieu) (?) *Testamento político*. (1633 ?) São Paulo: Edipro: 2000.

FAJARDO, Diego de Saavedra. *Idea de un principe politico y christiano*. (1640) Valencia: Vicente Cabrera, 1695.

FILIPE, Bartolomeu, *Tractado del consejo y delos consejeros de los principes*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1584.

GOUVEIA, Francisco Velasco de. *Justa aclamação do serenissimo rey de Portvgal Dom Ioão o IV*. Lisboa: Officina de Lovrenço de Anveres, 1644.

GRÁCIAN, Baltasar. *A arte da prudência*. (1647) São Paulo: Martins Fontes (2ª Ed), 2001.

GUEVARA, Antonio de. *Aviso de privados y doctrina de cortesanos*.(1539). Madrid: Melchor Alegre, 1673.

HOMEM Pedro Barbosa. *Discursos de la juridica y verdadera razon de Estado* Coimbra: s/n, 1623.

LIPSIUS, Justus. *Los seys libros de las Politicas o Doctrina Civil, que sirven para el gobierno del reyno o principado* (1589). Madrid : Imprenta Real, 1604.

MADARIAGA, Juan de. *Gobierno de principes y de sus Consejos para el bien de la Republica. Del Senado y de su Príncipe*. Valencia : Juan Bautista Marçal 1626.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*.(1513) São Paulo: Nova Cultural, 2003.

MAZARIN, Jules.(Cardeal Mazarino) (?) *Breviário dos políticos*. São Paulo: Editora 34 (5ª Ed), 2002.

MELO, Francisco Manuel de, *Tácito português: Vida, morte, dittos e feitos de El-Rey Dom João IV* (1650?) Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1995.

MENDO, Andrés. *Príncipe perfecto y ministros aiustados, documentos politicos y morales*. Madrid: Imprenta Leon de Francia, 1661.

MENESES, Sebastião Cesar de. *Summa politica offereecida ao pricipie D. Theodosio de Portugal*.(1649) Amsterdam : Tipographia de Simão Dias Sveiro Lusitano, 1650.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios* (Col.Os pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1972.

NAUDÉ, Gabriel. *Considérations politiques sur les coups d'estat* (1639). Paris: (sur la copie de Rome), S.n. , 1667.

NAVARRA y de la Cueva, Pedro de. *Logros de la monarqvia en aciertos de un valido*. Madrid : Imprenta de Paredes 1669.

PEDRAZA, Francisco Vermudez de. *El Secretario del Rey*. Madrid : Luis Sanchez Impressor, 1620.

QUEVEDO Y Villegas, Francisco Gomez de. *Politica de Dios, y gobierno de Cristo, sacada de la sagrada escritvra para acierto de rey, y reyno en sus Acciones*.(1626) Madrid: Imprenta de Manuel Roman, 1713.

RIBADENEYRA, Pedro de. *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el príncipe cristiano para bovernar y conservar sus Estados. contra lo que Nicolás Machiavelo y los políticos de este tiempo enseñan*. (1595) Madrid: Real Academia Española/Atlas, 1947.

SILVA, Francisco da. *Opusculo da infancia e puericia dos principes senhores. discurso sobre o nascimento e solene baptismo do infante sereníssimo Dom Affonso*. Lisboa : Paulo Craesbeck, 1644.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção chronologica da legislação portuguesa*. (1657-1674). Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza. 1856.

SILVA, José de Seabra da. *Dedução Chronologica e analytica*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767, 2.V.

VILA Real. Manuel Fernandes de. *Epítome Genealógico do Eminentíssimo Cardeal Duque de Richelieu e Discursos Políticos sobre Algumas Acções da Sua Vida*. (1641) Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

### Obras de Referência

BÉLY, Lucien. *Dictionnaire de l'Âncien Régime*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino*. (1712-1721) Rio de Janeiro: UERJ, Departamento Cultura, 2000. (CD-Rom)

COVARRUBIAS Orozco, Sebastián. *Tesoro de lengua castellana o española*. (1611). Madrid: Melchor Sánchez, 1674. (Ed) Gabriel de León. ([www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80250529545703831976613/index.htm](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80250529545703831976613/index.htm))

FURETIÉRE, Antoine. *Dictionnaire universel*. Rotterdam: La Haye, 1690. ([www.gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50614b/f2.item](http://www.gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50614b/f2.item))

### Livros, Artigos e Teses

*Actas do I congresso internacional do barroco*. Porto: Universidade do Porto, 1991, 2.V.

ALBUQUERQUE, Martin. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1974.

\_\_\_\_\_. *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da Moeda, 2000, V.1

\_\_\_\_\_. *Jean Bodin na Península Ibérica: Ensaio de História das idéias políticas e direito público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1978.

\_\_\_\_\_. *Um percurso da construção ideológica do Estado: A recepção Lipsiana em Portugal-Neostoicismo*. Lisboa: Quetzal, 2002.

AZEVEDO, Carlos. (Dir) *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, V.2

BARROS, Henrique da Gama. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, (2ª Ed), 1945, V.2.

BEBIANO, Rui. *A pena de marte: A escrita da guerra em Portugal e na Europa (Secs XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

BENIGNO, Francesco. (Trad. cast) *La sombra del rey. Validos y lucha politica en la España del siglo XVII*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

BÉRENGER, Jean. “Le problème du Ministériat XVIIe siècle” in: *Annales E.S.C*, 29, Anné N 1, Janvier-Février, 1974, pp.166-190.

\_\_\_\_\_. *Histoire de l'empire des Habsbourg: (1273-1918)* Paris: Fayard, 1991.

BLACK, Maria . *Um escrívão da puridade no poder: O Conde de Castelo Melhor. (1662-1667)* . Lisboa: S.P.B Editores e Livreiros, 1995.

\_\_\_\_\_. “Aspectos da negociação de paz de 1668” in: *Cultura revista de história e teoria das idéias*. Lisboa: CHCUNL, Vol. XI, II a série, 1999. pp.85-93.

BLOIS, Jean Pierre. *Les guerres en Europe. (1494-1792)*. Paris: Belin, 2003.

BONNEY, Richard. *O Absolutismo*. Lisboa: Europa-América, 1989.

BORRELLI, Gianfranco. *Ragion di Stato. L' arte italiana della prudenza politica*, (catalogo della Mostra bibliografica dell'Istituto Italiano per gli Studi filosofici e dell' Archivio della Ragion di Stato, Napoli), 1996. ([www.filosofia.unina.it/ragiondistato/indice.html](http://www.filosofia.unina.it/ragiondistato/indice.html))

BOUZA, Álvarez, Fernando. *Del escribano a la biblioteca*. Madrid: Síntesis, 1992.

\_\_\_\_\_. *Portugal no tempo dos Filipes: Política, cultura e representações*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

\_\_\_\_\_. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro* Madrid: Marcial Pons, 2001.

\_\_\_\_\_. “Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”. in: *Cuadernos de Historia Moderna*, n 18. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1997, pp.31-50.

BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração: Relações diplomáticas de Portugal de 1640 á 1668*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1940.

BROCKLISS, Laurence & Elliott, J.H. (Orgs).(Trad Cast) *El Mundo de los Validos*. Madrid: Taurus, 1999.

BURNS, J.H.(Dir.) *Histoire de la pensée politique medievale*.(350-1450) Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

\_\_\_\_\_. *Histoire de la pensée politique moderne*.(1450-1700) Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

CALAFATE, Pedro. *Metamorfoses da palavra: Estudos sobre o pensamento português e brasileiro*. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da moeda, 1998.

\_\_\_\_\_.(Dir.) *História do pensamento filosófico português. Renascimento e Contra-reforma*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, V.2.

CANTARINO, Elena. “Tratadistas político-morales de los siglos XVI y XVII” in: *El Basilisco* (Oviedo), nº 21, 1996, pp. 4-7. *Actas de las II Jornadas de Hispanismo Filosófico*.(www.filosofia.org/rev/bas/bas22102.htm)

CARDIM, Pedro. & Xavier, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

\_\_\_\_\_. “O processo político” in: Hespanha, A.M. (Coord.); Mattoso, José (Dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Lexicultural, V.8, 2002, pp.33-66

\_\_\_\_\_. “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal na Segunda metade de Seiscentos” in: *Tempo. Revista do Departamento de História da U.F.F.* Rio de Janeiro: Sete Letras, Vol.7, N 13, Jul.2002, pp.13-57

\_\_\_\_\_. “Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII” in: *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica portuguesa, 1999, T. XI, 2ª Série, pp 21-57.

\_\_\_\_\_. “Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime”, in: *Nação e Defesa, revista do Instituto de Defesa Nacional*, 2ª série, 87 (Outono de 98) pp. 129-158.

\_\_\_\_\_. “Religião e ordem social: Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime”. in: *Revista de História das Idéias*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, nº 22, pp.133-174.

\_\_\_\_\_. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.

CATROGA, Fernando & Torgal, Luís Reis. *História da História em Portugal. Secs XIX e XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1996.

CAVAILLÉ, Jean-Pierre. “Naudé, la prudence extraordinaire du coup d’État”. in: *Comètes Revue en ligne*, avril 2006. ([www.cometes.org/revue/numeros/numero-3-des-fins-de-la-prudence](http://www.cometes.org/revue/numeros/numero-3-des-fins-de-la-prudence))

CHARTIER, Roger. & Ariès, Philippe (Orgs) *História da vida Privada. Da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, V.3.

\_\_\_\_\_. *A História cultural entre práticas e representações*.Lisboa: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. “O mundo como representação” in: *Estudos avançados*. v. 5, Nº 11, São Paulo, Jan/Apr, 1991, pp. 173-191

CLAVERO, Bartolome. *Razon de Estado, Razon de individuo, Razon de historia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.

COSANDEY, Fanny & DESCIMON, Robert. *L’ Absolutisme en France*. Paris: Éditions di Seuil, 2001.

COSTA, Fernando Does. “Interpreting the Portuguese War of Restoration (1641-1668) in a European Context” in: *e-journal of Portuguese History*. Vol.3, N.1, Summer,2005.  
([www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue5/pdf/fcosta.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue5/pdf/fcosta.pdf))

\_\_\_\_\_. *A guerra da Restauração. (1641-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

COSTA, Leonor Freire. *O transporte no atlântico e a Companhia geral do comércio do Brasil(1580-1663)*. Lisboa: Cncdp, 2002.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640) Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

DORIA, Antônio Álvaro. *A deposição de D. Afonso VI: (1666 - 1668)*. Braga: S/n, 1947.

\_\_\_\_\_. *A rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Ensaio biográfico (1645-1683)* Porto: Civilização, 1944.

DUCHEIN, Michel. *Le Duc de Buckingham*. Paris: Fayard, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, V.2

ELLIOTT, John H. *Richelieu y Olivares* (Trad cast). Barcelona: Crítica, 2002.

\_\_\_\_\_. *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Crítica, 2004.

ESCUADERO López, Jose Antonio. (Coord) *Los validos*. Madrid: Dykinson, 2004.

FERNÁNDEZ Santamaría, J. A. *Razón de Estado y Política en el Pensamiento Español del Barroco (1559–1640)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986.

FEROS, Antonio. *El Duque de Lerma: realeza y privanza en la España de Felipe III*. Madrid: Marcial Pons, 2002.

\_\_\_\_\_. “Clientelismo y poder monárquico en la España de los siglos XVI y XVII” in: *Revista Relaciones*. vol. XIX, núm. 73, 1998, pp. 15-49. ([www.colmich.edu.mx/relaciones/073/pdf/AntonioFeros.pdf](http://www.colmich.edu.mx/relaciones/073/pdf/AntonioFeros.pdf))

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GENÉT, Jean-Phillipe & Blockmans, Wim. (Eds) *Visions sur le development des États européens. Théories et hitorigraphies de l' État Moderne*. Rome: École Française, 1993.

GOFFMAN, Erwin. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUIMARÃES, Vitorino. “As finanças na guerra da Restauração. (1640-1658)” 1941.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado, a construção do sebastianismo em Portugal*. Sécs XVI e XVII São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HESPANHA, Antônio Manuel. (coord.). Mattoso, José (Dir). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, V.4.

\_\_\_\_\_. *Poder e instituições no Antigo Regime* (coletânea de Textos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

\_\_\_\_\_. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal Moderno Político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

\_\_\_\_\_. (Dir.) *Nova História militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.

\_\_\_\_\_. “Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime” in: *Ler História*, Nº 8, 1986, pp.35-60

\_\_\_\_\_. “Una historia de textos” in: Valiente, F. Tomás y. Et alii. *Sexo barroco y otras transgressiones premodernas*. Madrid: Alianza, 1990, pp.187-196.

KNECHT, Robert Jean. *Richelieu*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.

KOSELECK, Reinhard. *Futuro passado: Por una semántica de los tiempos historicos*. Barcelona: Paidós, 1993.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Saint - Simon ou o sistema da corte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *L’Ancièn régime*, Paris: Hachette, 1995, 2V.

LEE, Stephen, J. *A Guerra dos trinta anos*. São Paulo: Ática, 1994.

LIMA Antonio de A.P. & Lima, J. A. Pires de. *D Afonso VI*. Lisboa: S/n, 1937.

LOURENÇO, Maria Paula. *A Casa e o Estado do Infantado (1654-1706): Formas e práticas administrativas de um patrimônio*. Lisboa: Jiniact, 1995.

LUHMAN, Niklas. *O amor como paixão: Para a codificação da intimidade*. Lisboa: Difel, 1991.

MARAVALL, Jose antonio. *A cultura do barroco*. São Paulo: Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Estudios de Historia del pensamiento espanhol. El siglo del Barroco*. (2ª Ed). Madrid: Ediciones Cultura Hispânica, 1989, V.3.

\_\_\_\_\_. *Teoria del Estado en España del siglo XVII*. (1944) Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: Leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000

MATOS, Gastão de Melo de. *A anticatastrophe: um estudo crítico*. Lisboa: Sn, 1935. (BNP)

\_\_\_\_\_. “O sentido da crise política de 1667.”in: *Separata de anais da Academia Portuguesa de História ciclo restauração*, V.8, 1944.(BNL)

MÉCHOULAN, Henry. (Dir.) *L'État Baroque (1610-1652)* Paris: Vrin, 1985.

MEINECKE, Friedrich. *La idea de la razon de estado en la edad moderna*.Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

MELLANDER, Karl. *As relações diplomáticas e comerciais entre Suécia e Portugal de 1641 a 1670*. Lisboa: Edições Gama, 1943.

MÍSSIO, Edmir. *Acerca do conceito de Dissimulação Honesta de Torcuato Accetto*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2004.(<http://libdigi.unicamp.br>)

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec/ Instituto Camões,2002.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Antônio. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino. (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991.

OLIVEIRA, Ricardo. *Pela graça do Rei: Um estudo sobre o valimento no Antigo Regime ibérico. O caso de Alexandre Gusmão*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História social U.F.R.J, 2004.

PALHA, Fernando. *O Conde de Castelo Melhor no exílio*. Lisboa: Imprensa nacional, 1883.

PARKER, Geoffrey & Kagan, Richard. L. (Orgs) *Spain, Europe and the Atlantic world*. Cambridge University press, 1995.

\_\_\_\_\_. (Ed.) *La guerra de los treinta años*. Madrid: A.Machado Libros, 2003.

PERES, Damião & Ribeiro, Ângelo. (Orgs). *História de Portugal*. Barcelos: Editora Portucalense, 1937, V.6.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PRESTAGE, EDGAR. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda*, de 1640 A 1668. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1928.

REMOND, René *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, (2ª edição), 2003.

RIBEIRO Mario Sampayo, *A destronação de El-Rei D. Afonso VI e a anulação de seu matrimônio (1667-1668)*. Lisboa:, s/n, 1938.

RIOUX, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SCHAUB, Jean Frédéric. “Novas aproximações ao Antigo Regime português.”in: *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*. Oeiras, Celta Editora, N 22, 2000, pp.119-140

\_\_\_\_\_. “La Penisola Iberica nei secoli XVI E XVII: La questione dello Stato” in: *Studi Storici Rivista trimestrale dell Istituto Gramsci*, nº1 , Roma: Gennaio-Marzo, 1995 anno 36

\_\_\_\_\_. *Le Portugal au temps du Comte- Duq d' Olivares*. Madri: Caza de Vélazquez, 2001.

SENELLART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

\_\_\_\_\_. *Machiavelisme et raison d' État*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

\_\_\_\_\_. & Lazzeri, Christian. (Orgs). *História crítica da filosofia moral e política*. Lisboa: Verbo, 2005.

SEPULVEDA, Cristovão Aires de Magalhães. *Historia organica e política do Exercito Portuguez*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1898, V.3 (Provas)

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. (1640-1750). Lisboa: Editorial Verbo (2ª Ed), 1982, V.5.

SILVA, César da. *O Conde de Castelo Melhor: Chronica episódica do reinado de D. Afonso VI*. Lisboa: João Romano Torres, 1922.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensameto político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras (4ª reimp), 2003.

\_\_\_\_\_. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOIHET, Rachel; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima Silva (Orgs). *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUZA, Francisco Silveira Vasconcellos e. *O ministro de D.Afonso VI*. Luís de Vasconcellos e Souza: 3º Conde de Castello Mlehor. Vila Nova de Foz Coa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Coa, 2001.

THUAU, Étienne. *Raison D' État et penssé politique a L'époque de Richelieu*. Paris: Albin Michel, 2000.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, 2.V.

VALIENTE, Francisco Tomas y. *Los validos en la monarquia española del siglo XVII* (1963). Madrid: Siglo vinteuno editores (2ª ed) 1990.

VÁZQUEZ, María Teresa Cid. *Tacitismo y Razón de Estado en los "Comentário politicos" de Juan Alfonso de Lancina*. Tese de Doutorado, Departamento de Filosofia do Direito, Moral e Política. Universidade Complutense de Madrid, 2001.

VILLARI, Rosario. (Dir.). *O Homem barroco*. Lisboa: Presença, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ellogio della dissimulazione. La lotta politica nel Seicento*. Roma/Bari: Laterza, 2003.

VIVES, Vicens. “A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII” in: Hespanha, A .M (Org). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime* (Coletânea de textos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.218

XAVIER, Ângela Barreto. *El Rey aonde póde & não aonde quer. Razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998.

ZARKA, Yves Charles.(Dir.) *Raison et deraison d'état : theoriciens et theories de la raison d'etat aux XVIe et XVIIe siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.